



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO N  842, DE 02 DE JANEIRO DE 2008.

Dispo sobre a fixação da despesa e a previsão das receitas do município para o exercício financeiro de 2008.

ESDRAS IGINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e,

Considerando que o Planejamento  condição indispensável  aplicação racional dos recursos no serviço público, visando o atendimento das demandas da comunidade, notadamente em relação às áreas revestidas de essencialidade;

Considerando que o Planejamento, advm basicamente da elaboração e aprovação das leis financeiras, especialmente aquelas retratadas no artigo 165, I, II e III da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Orgânica do Município estabelece datas específicas para a elaboração e remessa dos projetos dispondo sobre esta matéria, no caso vertente a Lei que deveria estabelecer as Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício e posteriormente a Lei Orçamentária Anual propriamente dita, estando nesta última consignada as dotações necessárias para o desenvolvimento do exercício financeiro, compreendendo os projetos e atividades instrumentos esses indispensáveis à gestão;

Considerando que, encaminhadas as respectivas proposições em tempo oportuno (LDO E LOA), essas propostas não receberam o beneplácito do Poder Legislativo que as reprovou , sem justo fundamento;

Considerando que, mesmo não logrando aprovação , o Poder Executivo procedeu a remessa de novos projetos (de lei), dispondo sobre os mesmos assuntos, resultando igualmente na reprovação sistemática dos referidos projetos;

Considerando que, apesar desses embargos recorrentes, o Poder Executivo tornou a encaminhar os respectivos projetos  nova apreciação do Legislativo, mediante protocolo, no sentido de esgotar os mecanismos administrativos com vista  solução dessa grave situação que se caracteriza como um impasse, portanto, capaz de comprometer o funcionamento da máquina administrativa, inviabilizando a gestão com as restrições que decorrem dessas inusitadas atitudes;

Considerando ainda que, mesmo sendo as matérias objeto de sucessivas reprovações , a Administração Pública não deixou remanescer qualquer laivo de omissão, cumprindo de sobejo seu dever constitucional de buscar aprovação dessas leis, remetendo os projetos reiteradamente  Casa de Leis Local;

Considerando que , nessas circunstâncias, instala-se no município uma situação conflituosa, impondo ao Chefe do Executivo a necessidade de exercer suas funções desprovido da legalidade exigida, decorrentes da ausência dos instrumentos legais dispondo sobre normas de direito financeiro, previstos na Constituição Federal, na Lei Federal n  4320/67, Lei de Responsabilidade Fiscal e outros diplomas infra-constitucionais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando que , a perdurar tal imbroglio o município perde as condições de governabilidade, subtra-
indo-se do gestor os mecanismos elementares para garantir o correto cumprimento das ações necessárias
para a manutenção dos servios públicos e a realização das obras e servios indispensáveis à cidadania;

Considerando, ainda, que os fatos ocorrentes em face da indisponibilidade dessas leis, podem ocasionar
prejuízos irreparáveis, comprometendo a segurança e a integridade de pessoas, obras, servios e equipa-
mentos, sem os quais não será possível assegurar as condições ideais para a sobrevivência das diversas
instituições mantidas e custeadas pelo Município;

Considerando, finalmente, que todos os esforços em busca de uma solução conciliatória sobre os fatos
em pauta foram reconhecidamente empreendidos , inclusive com a disponibilização de técnicos aptos a
elucidar qualquer pendência porventura levantada, sendo que esses profissionais, por mais de uma oportu-
nidade se deslocaram  própria sede da edilidade no sentido aclarar possíveis falhas na confecção dos
projetos e respectivos anexos, discutindo e compartilhando a dramaticidade dos casos inclusive com a
R. Procuradoria Jurídica do Legislativo, visto que tal evento compromete sobretudo a remessa dos nume-
rrios ao Legislativo, podendo ser ferido de morte o disposto no art. 29.A da Carta Magna, caindo por
terra também eventual previsão de despesas com projetos afetos  Câmara Municipal visto que não se
dispo de leis a arrima-los,

DECRETA:

Art. 1 . Tomando por base as justificativas e fundamentos expendidos na parte introdutória do presente
decreto, enquanto não se vislumbrar uma solução através dos canais competentes, fica a contadoria mu-
nicipal autorizada a abrir o exercício financeiro de 2008, tomando por parâmetro o orçamento pretérito,
mediante as atualizações das alterações procedidas legalmente, que modificaram as leis a que se refere os
incisos I, II e III do artigo 165 da Constituição Federal, limitando-se a máquina pública a agir no limite
necessário  operacionalização estritamente da manutenção das atividades.

Art. 2 . O disposto no presente decreto não implica na tomada de eventuais medidas judiciais acerca das
matérias pendentes de lei, com a possível representação no Egrégio Tribunal de Contas e no Ministério
Público Estadual.

Art. 3. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guatapar, aos 02 de janeiro de 2008.

ESDRAS IGINO DA SILVA
Prefeito Municipal